

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



POLÍTICA EDUCACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE BLUMENAU: UMA OLHAR PARA DEMOCRATIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Isabela Vieira Barbosa¹

miss.vieira@gmail.com

Universidade Regional de Blumenau - FURB

Caique Fernando da Silva Fistarol²

cfsfistarol@gmail.com

Universidade Regional de Blumenau - FURB

Marcia Regina Selpa Heinzle³

selpamarcia@gmail.com

Universidade Regional de Blumenau - FURB

INTRODUÇÃO.

Nos últimos anos, diferentes estudos têm apontado um notável aumento no estabelecimento da Educação Bilíngue (BARBOSA; HEINZLE, 2020; MEGALE, 2019) em Escolas das Redes Privada e Pública, tendência impulsionada pelas novas necessidades decorrentes de um mundo crescentemente globalizado, interligado e diversificado culturalmente. Enquanto há algumas décadas a proficiência em um segundo idioma poderia ser considerada uma habilidade diferenciadora, na atualidade, a aptidão em uma língua adicional se transformou em um requisito fundamental. Não obstante, é crucial ponderar que o acesso aos cursos de línguas sempre esteve restrito à capacidade financeira.

Embora o aumento das Escolas Bilíngues seja uma resposta positiva à demanda atual, é importante considerar uma análise crítica sobre a equidade nesse cenário. Enquanto algumas instituições bilíngues podem estar oferecendo oportunidades de aprendizado em dois idiomas, é fundamental reconhecer que a acessibilidade a essas instituições pode ser grandemente limitada por fatores econômicos. Autores como Moura (2009), nomeiam essa perspectiva de bilinguismo de “elite”. Isso levanta a preocupação de que, embora a proficiência em mais de um idioma seja agora uma necessidade global, ainda persistem barreiras que perpetuam desigualdades educacionais.

“A definição do conceito de Educação Bilíngue é complexa e pode variar em diferentes contextos, pois depende de uma série interesses de aspectos, entre eles a comunidade em que se insere, dos agentes nela envolvidos, o econômico e social dos status sujeitos” (MEGALE, 2019, p. 21). Ampliar



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



essa discussão crítica também envolve refletir sobre as implicações sociais deste crescimento. O rápido surgimento de Escolas Bilíngues pode criar disparidades entre aqueles que têm a oportunidade de frequentar essas escolas e os que não têm. Além disso, consideramos válido examinar como a qualidade do ensino nessas escolas se compara àquela nas instituições monolíngues, especialmente considerando que o rótulo "bilíngue" muitas vezes é usado para atrair estudantes e pais, mas nem sempre é garantia de um ambiente educacional verdadeiramente imersivo e de alta qualidade.

A este respeito, Megale (2019, p. 9) explicita que “Nos tempos atuais, com o acirramento da globalização, presencia-se uma alteração substantiva no panorama social, cultural e linguístico mundial”. Para a autora, é notável o crescimento bem como a “expansão da importância do ensino de línguas adicionais, compreendidas, por muitos, como bens culturais de muito valor no mercado linguístico”.

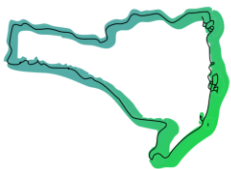
Nesse contexto, surge a preocupação para que os governos, instituições educacionais e a sociedade assumam a responsabilidade de abordar essas desigualdades e criar soluções, através de programas de bolsas de estudo, políticas de inclusão e ou parcerias com organizações que possam democratizar o acesso à Educação Bilíngue. Além disso, torna-se essencial também fomentar o desenvolvimento de programas de ensino de idiomas abrangentes e de alta qualidade nas escolas tradicionais, para que a oportunidade de aprendizado bilíngue seja mais equitativamente distribuída.

Nas Redes Públicas de Ensino brasileiras, o ensino do inglês e espanhol é presente de forma mais acentuada a partir do Ensino Fundamental II, mas ainda é considerado por muitos limitados quando comparados com outros cursos livres e com Instituições de Ensino da Rede Privada. Assim, podemos considerar que a situação do ensino de inglês e espanhol nas Redes Públicas de Ensino brasileiras revela um panorama complexo e desafiador, especialmente quando comparado com ofertas similares em cursos livres e instituições privadas.

Um dos principais desafios enfrentado, é o acesso limitado a recursos financeiros, contribuindo para a disparidade na qualidade do ensino de idiomas. Enquanto as Instituições de Rede Privada podem investir em materiais didáticos atualizados, professores com maior carga horária e instrumentos mais inovadores, a maior parte das Escolas das Redes Públicas, muitas vezes, enfrentam restrições orçamentárias que afetam sua capacidade de proporcionar experiências de aprendizado semelhantes.

Neste sentido, observamos a necessidade de ampliar a implementação de políticas mais robustas e investimentos financeiros destinados a melhorar o ensino de idiomas nas Escolas da Rede Pública. Neste sentido, Cavalcanti (2011, p. 176) chama a atenção para a “existência de um bilinguismo hegemônico que exclui”, que fortalece as línguas consideradas de prestígio, e desmerece outras línguas menos reconhecidas, como línguas de imigração ou ainda as línguas indígenas.

Assim, entende-se a “educação bilíngue oferecida nas escolas particulares do Brasil é denominada ‘de elite’ [...] porque suas altas taxas e mensalidades a tornam proibitiva para a maior parte da população do país” (Moura, 2009, p.29). Estas instituições de ensino, se caracterizam por serem Escolas Bilíngues, chamadas de elite, onde a língua ensinada é a língua de prestígio internacional, e restrita a pequenos grupos.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



No entanto, o Brasil caracteriza-se como um país com histórico de grande pluralidade linguística, mas que historicamente se estruturou em torno de um mito do monolinguismo (Cavalcanti, 1999, 2011). Esse mito perpetuou a ideia da predominância e soberania única do português como língua utilizada no território brasileiro. No entanto, nos últimos anos, uma tendência tem emergido para diminuir as disparidades sociais, contrabalanceando o crescimento das Escolas Bilíngues e Internacionais destinadas aos grupos mais privilegiados. Esta nova abordagem consiste no surgimento de iniciativas de implementação de Política Bilíngue nas Escolas de Rede Pública Municipal, observadas em várias localidades do país.

Se por um lado, observa-se um aumento na demanda por escolas bilíngues e um monitoramento correspondente desse crescimento. No entanto, por outro lado, as Políticas Públicas e legislações ainda são apresentadas de maneira pouco evidente. Megale discute então, que a “[...] demanda por parâmetros legais que norteiem e regulem essas instituições torna-se cada vez mais premente em face do aumento do número delas e da necessidade de formação de professores que atuem nesse campo” (MEGALE, 2019, p. 9).

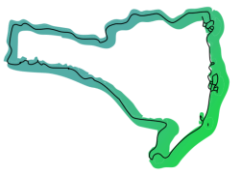
Essas iniciativas representam um passo na busca pela equidade no acesso à Educação Bilíngue. Pois “à medida que aumenta o número de escolas bilíngues no Brasil, crescem, também, as tensões que envolvem a temática” (MEGALE, 2019, p. 15). Ao trazer a oportunidade de aprendizado de uma língua adicional para o ambiente público de ensino, essas escolas estão se esforçando para nivelar o campo de atuação, oferecendo aos estudantes de diferentes origens socioeconômicas a chance de adquirir habilidades linguísticas e práticas relevantes para o mundo contemporâneo.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a política pública do município de Blumenau - SC, para a criação e consolidação de Escolas de Educação Bilíngue na Rede Pública Municipal de Ensino. Esta pesquisa justifica-se pela relevância de compreensão de uma política que esteja cunhada na democratização do ensino de línguas adicionais, assim como em perspectivas de cidadania global e multiculturalidade.

MATERIAIS E MÉTODOS.

O presente trabalho, de cunho qualitativo, tem como objetivo analisar a Política Pública de Educação Bilíngue da Rede Pública Municipal de Blumenau/SC para a criação e consolidação de Escolas Bilíngues. Neste sentido, a presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, a partir de uma análise qualitativa, da política pública que possibilitou a implementação das Escolas Bilíngues na Rede Pública Municipal de Ensino de Blumenau.

A partir da análise documental, analisamos as propostas voltadas à criação e manutenção das Escolas de Educação Bilíngue em uma perspectiva de democratização do ensino e da aprendizagem. Para isso, foram analisados os documentos: Resoluções nº 001/2018 e nº 006/2022 normatizadas pelo Conselho Municipal de Educação de Blumenau (CME), Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Blumenau (BLUMENAU, 2021) e Projeto da Educação Bilíngue, documento orientador da Política Pública da Rede Municipal de Ensino – 4ª versão (BLUMENAU, 2022 que tratam da normatização e atuação da Política nas 18 Instituições de Ensino Bilíngue. A



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



escolha por estes documentos justifica-se por indicarem como a Política é vista desde a questão documental até sua efetivação na prática.

Cada documento contribui de forma única para a compreensão de como essa política pública está sendo desenvolvida nas Escolas Básicas Municipais Bilíngues em Blumenau, considerando tanto os aspectos normativos quanto as estratégias práticas para sua implementação.

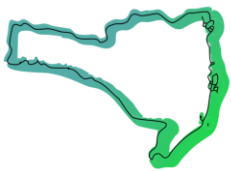
As Resoluções nº 001/2018 e nº 006/2022 do CME Blumenau desempenham um papel fundamental ao estabelecerem os princípios, diretrizes e critérios para a criação e funcionamento das Escolas Básicas Municipais Bilíngues na Rede Pública. Ao examinar essas resoluções, é possível identificar como o município está comprometido em garantir a igualdade de oportunidades no acesso à Educação Bilíngue, abordando aspectos como a seleção de estudantes, a formação de professores e a avaliação da qualidade do ensino oferecido. Ainda é possível perceber que houve um aprofundamento na descrição de detalhes da Política da Educação Bilíngue para a Rede Municipal (tanto para as Escolas da Rede Pública, quanto para os Centros de Educação Infantil das Redes Pública e Privada) entre a homologação da Resolução nº 006/2022 em detrimento à revogação da nº 001/2018, em questões como as mencionadas anteriormente, bem como na questão de avaliação da aprendizagem, carga horária e de organização do currículo; menciona-se esse aprofundamento de aspectos, uma vez que o Conselho Nacional de Educação Básica/Conselho de Educação Básica (CNE/CEB) homologou as Diretrizes para a Oferta de uma Educação Plurilíngue no Brasil (BRASIL, 2022) trazendo aspectos normatizadores para as Instituições que quiserem ofertar a Educação Bilíngue em uma língua adicional.

A escolha pelo Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Blumenau, datado de 2021, fornece *insights* sobre como a Educação Bilíngue é integrada ao currículo mais amplo, bem como sobre a teoria e abordagem metodológica abordada. Consideramos que esse documento é importante para entender como a língua adicional é incorporada ao ensino e a aprendizagem nos Anos Iniciais, nos componentes curriculares.

O Projeto da Educação Bilíngue, como documento orientador da Política Pública da Rede Municipal de Ensino, representa a ligação entre a teoria e a prática. Esse projeto oferece uma visão abrangente de como a Política está sendo implementada nas 18 Instituições de Ensino Bilíngue, delineando estratégias pedagógicas, metas de aprendizado e métodos de avaliação. Consideramos importante examinar esse projeto, para que possamos avaliar como a teoria se traduz em ações concretas, como a formação de professores, o desenvolvimento de materiais didáticos e a criação de ambientes de aprendizagem eficazes. Vale ressaltar que este documento se encontra na sua quarta versão, haja vista que a Política vai se ampliando em número de instituições e demandas de um ano para o outro.

RESULTADOS.

O processo de inclusão de uma língua adicional em uma Rede Pública Municipal de Ensino vem sendo discutida desde o século passado, o que até então não se alcançou conclusões propositivas e eficazes para tal. Nesse contexto, é possível observar que o município de Blumenau/SC assumiu uma postura proativa ao iniciar, em 2018, um estudo voltado para a viabilização de Escolas Bilíngues da



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



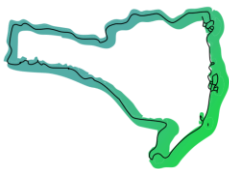
Rede Pública Municipal de Ensino de Blumenau. A realização desse estudo ao longo dos anos 2018 e 2019 revelou *insights* cruciais sobre os desafios e oportunidades relacionados a essa empreitada. Especificamente, o estudo destacou a demanda por profissionais qualificados para conduzir uma educação bilíngue eficaz. Essa constatação aponta para a importância de um desenvolvimento profissional docente com *expertise* linguística e pedagógica, a fim de garantir que os estudantes recebam um ensino de qualidade.

A visita às estruturas das escolas como parte desse estudo demonstrou um compromisso prático e tangível com a implementação das escolas bilíngues. A identificação e avaliação das instalações são etapas essenciais para garantir que o ambiente de aprendizado seja adequado e propício ao desenvolvimento da educação bilíngue. A atenção dedicada a essa fase preliminar indica a seriedade com que o município abordou a criação dessas instituições educacionais. Um dos relatos advindos das visitadas às Instituições de Ensino de outro município, bem como a uma Escola Internacional demonstram que o ambiente deve ter os espaços identificados em ambas as línguas, demonstrando a valoração equânime delas, os quais no Projeto da Educação Bilíngue – 4ª versão (BLUMENAU, 2022) e no Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Blumenau (BLUMENAU, 2021) é justificado pela criação de comunidades de falas. Ou seja, quanto mais expostos as línguas, portuguesa e adicional, mais as pessoas integradas a esse espaço de educação formal compreenderão a questão cultural e linguística desse ambiente e terão um olhar diferenciado e intercultural para suas práticas de leitura, escrita e oralidade para além dos muros da Instituição.

No entanto, a necessidade de profissionais qualificados, como mencionado anteriormente, pode esbarrar em limitações orçamentárias e dificuldades na contratação de docentes altamente especializados, haja vista a questão legal e morosidade em ajustar processos seletivos, entre outros trâmites a nova realidade proposta. Além disso, a implementação de currículos bilíngues exige não apenas professores fluentes em diferentes idiomas, mas também a adaptação de materiais didáticos e abordagens pedagógicas para garantir que os estudantes estejam engajados e aprendam de maneira eficaz. Nessa esteira, a Rede Pública Municipal de Ensino de Blumenau investiu no desenvolvimento profissional docente nas Horas-Atividade Extraclasse (HAE) dos professores regentes e de língua adicional (uma vez, que o Projeto, Currículo e Resolução explicitam a dificuldade em encontrar um pedagogo que tenha fluência para atuar na língua adicional ou um professor de línguas que possua graduação em pedagogia) para que compreendessem a Teoria Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2003) e a abordagem CLIL (MEGALE, 2019) para a criação e adaptação de materiais, conforme conteúdo programático dos diversos componentes curriculares propostos no documento curricular.

Compreendemos ser também relevante como a diversidade linguística e cultural do corpo discente pode ser abordada dentro do contexto das escolas bilíngues. A inclusão de diferentes grupos étnicos e culturais é uma consideração importante, pois a educação bilíngue não deve apenas focar na linguagem, mas também no enriquecimento cultural e na promoção da compreensão intercultural, uma vez que “a instauração do diálogo entre as culturas: é aí, nesse diálogo, que o poder pode ser negociado, pode ser desestabilizado e que relações mais equânimes podem ser construídas” (MAHER, 2007, p. 12).

Em um trecho da análise do Projeto da Educação Bilíngue – 4ª versão evidencia-se uma visão clara e articulada da Política Pública que transcende o mero ensino de línguas e se concentra na criação de



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



cidadãos globais. Esta abordagem, valoriza a diversidade linguística e cultural, bem como a eficácia da comunicação em contextos do mundo real. Entendemos que esta perspectiva, aproxima-se da ideia do bilinguismo em uma perspectiva mais multidimensional. Maher (2007, p.76) explica que “os sujeitos bilíngues usam suas línguas para propósitos diferentes e, por isso, podem tornar-se competentes em uma língua em alguns aspectos, mas não em outros”. Assim, o domínio perfeito das duas línguas não deve ser a finalidade do ensino bilíngue, uma vez que “o sujeito bilíngue não é visto como produto da somatória de competências equivalentes às dos falantes monolíngues” (MAHER, 1996, p. 57).

Consideramos importante então, destacar como essa visão vai além do ensino tradicional de línguas. A ênfase na utilização de diferentes linguagens sugere uma abordagem mais ampla, incorporando não apenas idiomas, mas também habilidades de comunicação verbal e não verbal, bem como a literacia digital. Isso se alinha com as demandas de um mundo em constante evolução, onde a comunicação é realizada de várias formas e plataformas, e onde a interculturalidade desempenha um papel fundamental, pois “a cultura expressa pela linguagem está repleta de histórias, e o significado dessas histórias é, a todo momento, (re)negociado por meio da linguagem” (MEGALE, 2019, p. 79).

Ao abordar a importância da comunicação eficaz em interações reais, a Política Pública está reconhecendo que a competência linguística não se limita à sala de aula, mas deve ser aplicada em situações cotidianas. No entanto, essa ênfase também chama a atenção para a necessidade de preparar os estudantes não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para a vida real. Afinal, as habilidades de comunicação são cruciais não apenas para uma carreira bem-sucedida, mas também para o engajamento social e cívico.

A referência a uma perspectiva multicultural para a cidadania global sugere uma conscientização mais profunda das complexidades do mundo contemporâneo. A educação bilíngue não é apenas uma questão de aprender palavras e estruturas gramaticais, mas de compreender as nuances culturais e históricas que acompanham cada língua. Isso incentiva uma apreciação genuína da diversidade cultural e um compromisso com a coexistência pacífica e a colaboração global.

o ensino de uma língua adicional tem por propósito geral a formação de um cidadão capaz de atuar em cenários superdiversos da atualidade. Isso ocorre uma vez que o educando se torna cada vez mais capaz de avaliar seu lugar na sociedade e compreender como as diferenças foram produzidas, ao ter a possibilidade de acessar a multiplicidade de discursos que circulam no mundo e, desse modo, ampliar seu repertório cultural e sua perspectiva, o que caracteriza uma formação inter/multicultural (MEGALE, 2019, p. 83)

No entanto, é importante também realizar uma análise crítica dessas motivações. A integração bem-sucedida desses ideais na prática educacional requer uma abordagem cuidadosamente elaborada. Os professores precisam de formação adequada para efetivamente criar ambientes de aprendizado inclusivos e sensíveis à diversidade, bem como a compreensão de valores universais interculturais. Para isso, Megale (2019, p. 76) explica que “para que uma formação multicultural ocorra, ela deve ser necessariamente planejada de maneira sistemática, de modo a estar contemplada nas diretrizes curriculares das escolas e inserida intencionalmente nos eixos estabelecidos para cada ano e, conseqüentemente, no planejamento dos professores”.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



A análise dos documentos revela a visão estratégica da Prefeitura de Blumenau em relação à expansão das Instituições de Ensino Bilíngue desde 2019. O processo de crescimento é observado: partindo de duas escolas iniciais, o número aumentou para nove em 2020 e, posteriormente, houve um novo crescimento em 2022, resultando com um total de 18 instituições. Esse movimento demonstra um compromisso com a democratização da Educação Bilíngue e a promoção da cidadania global e multiculturalidade no âmbito educacional local.

A ideia de ampliar as Instituições de Ensino reflete uma visão progressista em relação ao ensino bilíngue. Isso sugere que a Prefeitura reconhece a importância de os estudantes adquirirem habilidades linguísticas e interculturais desde cedo, preparando-os para uma participação ativa em um mundo cada vez mais interconectado. A escalada na quantidade de escolas também aponta para uma resposta à crescente demanda por educação bilíngue, bem como para um desejo de torná-la mais acessível a um número maior de estudantes.

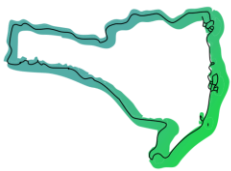
É importante também destacar a ênfase colocada na formação continuada de professores e equipes gestoras nessas escolas bilíngues. Essa abordagem é positiva, pois reconhece que o sucesso da Educação Bilíngue não depende apenas da disponibilidade de recursos e materiais adequados, mas também do desenvolvimento profissional docente e de gestão para implementar de maneira eficaz a abordagem bilíngue em suas práticas pedagógicas. O investimento em formação continuada reflete o compromisso com a melhoria contínua da qualidade do ensino oferecido.

Cabe ressaltar ainda, que o investimento em formação docente torna-se ainda mais rico quando realizado em parcerias contínuas como as ofertadas pela Rede Pública Municipal de Ensino para a Educação Bilíngue, haja vista que o Instituto Federal de Santa Catarina, bem como as Universidades Regional de Blumenau e Federal de Santa Catarina acompanham o desenvolvimento teórico e prático dos docentes e gestão, compreendendo nessas formações quais foram os avanços e quais são as fragilidades; uma formação realizada de forma contínua e qualitativa, não fragmentada ou esporádica.

Por fim, e não menos importante, cabe ressaltar que em nível linguístico, as Resoluções nº 001/20218 e nº 006/2022, não trazem quais línguas adicionais devem ser escolhidas para as Instituições de Ensino, sendo de ordem da Prefeitura Municipal de Ensino organizar o currículo em língua adicional para as Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal e para os gestores dos Centros de Educação Infantil da Rede Privada Municipal selecionarem qual será a segunda língua. Como nesse trabalho, analisa-se as questões voltadas a Rede Pública Municipal de Ensino de Blumenau, precisa-se destacar que o Projeto da Educação Bilíngue – 4ª versão e o Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Blumenau justificam as motivações para a implementação das línguas adicionais nas Escolas Bilíngues: 1) a língua inglesa, por tratar-se da língua franca, de acordo com documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) e pelo processo de globalização na contemporaneidade; 2) a língua alemã, por tratar-se de patrimônio cultural imaterial do município de Blumenau, por meio da Lei nº 8.756/2019 (BLUMENAU, 2019), resgatando a língua de herança; 3) a Língua Brasileira de Sinais (Libras), língua oficial em nosso país, ensinada aos estudantes ouvintes como uma forma de Educação Inclusiva, na perspectiva em que a maioria compreenda a cultura da minoria, surdos em um processo de justiça social e equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este estudo teve como objetivo analisar de maneira crítica a implementação e expansão da Política Pública da Educação Bilíngue na Rede Pública Municipal de Blumenau, considerando desde a



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



criação dos documentos oficiais até sua incorporação efetiva nas práticas pedagógicas das escolas. É evidente que houve um compromisso entre a Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com as Equipes Gestoras e os educadores das Instituições de Ensino, bem como Instituto e Universidades do município para garantir uma coerência entre as práticas pedagógicas e os documentos normativos dessa política.

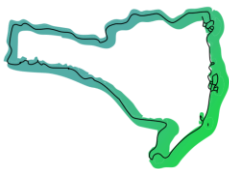
Destacamos, nesse contexto, a estruturação organizacional da Educação Bilíngue de acordo com os documentos oficiais e sua manutenção atualizada. Isso é especialmente relevante à luz dos documentos emitidos por entidades governamentais, como o Ministério da Educação (MEC), que endossou os Parâmetros para a implementação de uma Educação Plurilíngue (BRASIL, 2020) e por meio do Parecer CNE/CEB nº 02/2020. No entanto, é importante reconhecer que esses mesmos documentos tendem a ser atualizados com base em novos direcionamentos, exemplificados pelos Parâmetros da Internacionalização da Educação Básica (STALIVIERI et al., 2022).

Essa evolução indica um ambiente dinâmico no cenário educacional, onde as políticas públicas estão sujeitas a revisões constantes para se alinharem com as demandas sociais, culturais e pedagógicas em constante transformação. A incorporação dos princípios de plurilinguismo e internacionalização na educação básica é um passo relevante para preparar os estudantes para um mundo globalizado e diversificado, contribuindo para a formação de cidadãos globais.

No entanto, mesmo com os esforços visíveis, é importante considerar algumas questões. A efetivação das políticas em sala de aula pode ser desafiadora, dadas as demandas práticas da implementação, como o desenvolvimento profissional docente, a adequação de materiais didáticos e a avaliação eficiente dos resultados. Além disso, a abordagem bilíngue pode enfrentar desafios em contextos nos quais os recursos linguísticos e culturais são limitados.

Consideramos então, que ampliar essa análise crítica não se debruça ainda sobre uma avaliação mais detalhada dos impactos dessa Política Pública na aprendizagem dos estudantes, nas práticas de ensino e no engajamento da comunidade escolar. Em suma, o estudo apresenta uma visão abrangente da implementação da Educação Bilíngue na Rede Pública Municipal de Blumenau, destacando os esforços colaborativos entre a Prefeitura, as instituições educacionais e os educadores para que a Política de Educação Bilíngue ocorra no contexto da prática.

No entanto, a dinâmica contínua das políticas educacionais e os desafios práticos da implementação sugerem a necessidade de uma análise contínua e reflexiva para garantir a eficácia e o impacto positivo dessas políticas no cenário educacional. Nesse sentido, cabe ressaltar que além da legislação vigente do Conselho Nacional de Educação/Conselho de Educação Básica (CNE/CEB), surgem novas discussões como a Internacionalização da Educação Básica com parâmetros em que os pressupostos são de uma Educação Linguística pautada pela interculturalidade. Esses pressupostos dos Parâmetros da Internacionalização da Educação Básica estão alinhados aos demais documentos já citados ao longo deste trabalho, demonstrando uma preocupação e um esforço para que as políticas de implementação de Escolas de Educação Bilíngue e Internacional tenham uma legislação mais esclarecedora e coerente aos documentos educacionais já existentes, sem o apagamento ou substituição de uma política em detrimento a outra, conforme visto com programas e projetos



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



educacionais em contexto brasileiro. Esses documentos e legislação reforçam a continuidade da Educação Bilíngue em municípios como a exemplo de Blumenau, assim como a implementação em demais municípios e na esfera estadual.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Ensino bilíngue. Currículo.

AGRADECIMENTOS: FAPESC e Capes.

Referências.

BARBOSA, Isabela Vieira; HEINZLE, Marcia Regina Selpa. Internacionalização do currículo e os desafios da formação de professores de idiomas. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPED SUL, 13., 2020, Blumenau. Anais... Blumenau: Anped, 2020. p. 1-7.

BLUMENAU (SC). Prefeitura Municipal. **Lei Nº 8.756, de 16 de agosto de 2019:** oficializa a língua alemã como patrimônio cultural imaterial do município de Blumenau e determina providências conexas. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-ordinaria/2019/876/8756/lei-ordinaria-n-8756-2019-oficializa-a-lingua-alema-como-patrimonio-cultural-imaterial-do-municipio-de-blumenau-e-determina-providencias-conexas?q=imaterial>. Acesso em: julh. 2023.

BLUMENAU (SC). Prefeitura Municipal. Conselho Municipal de Educação. **Resolução CME/Blumenau nº 001/2018:** estabelece normas para a oferta da Escola Bilíngue em escolas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Blumenau. Disponível em: <https://www.blumenau.sc.gov.br/atas/wpfiltradocumento.aspx?Resolucao,3>. Acesso em: jul. 2023.

BLUMENAU (SC). Prefeitura Municipal. Conselho Municipal de Educação. **Resolução CME/Blumenau nº 006/2022:** revoga a Resolução n.º 001/2018 e estabelece normas para a oferta da Educação Bilíngue nas instituições de ensino pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Blumenau. Disponível em: <https://www.blumenau.sc.gov.br/atas/wpfiltradocumento.aspx?Resolucao,3>. Acesso em: jul. 2023.

BLUMENAU (SC). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Blumenau.** 1. ed. - Blumenau: SEMED, 2021. Disponível em: https://www.blumenau.sc.gov.br/downloads/semec/curriculo_educacao_basica_sistema_municipal_ensino.pdf. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Ministério da Educação (MEC), Brasília, 2017. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCCAPRESENTACAO.pdf>> Acesso em: julho. 2023.

BRASÍLIA (DF). Ministério da Educação Básica (MEC). Conselho Nacional da Educação Básica (CNE)/Conselho de Educação Básica (CEB). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue,** aprovado em 9 de julho de 2020. Acesso em: julho. 2023.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



BRASÍLIA (DF). Ministério da Educação Básica (MEC). Conselho Nacional da Educação Básica (CNE)/Conselho de Educação Básica (CEB). **Parecer CNE/CEB nº 02/202**, aprovado em 9 de julho de 2020. Acesso em: julho. 2023.

CAVALCANTI, Marilda. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. D.e.l.t.a.: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo - Sp, v. 15, n. , p.385-417, 1999.

CAVALCANTI, Marilda. 2011. Multilinguismo, transculturalismo e o (re)conhecimento de contextos minoritários, minoritarizados e invisibilizados. In: MAGALHÃES, Maria Cecília C.; FIDALGO, Sueli S. (orgs.). Questões de Método e de Linguagem na Formação Docente. Campinas: Mercado de Letras. p. 171-185.

MAHER, Terezinha. Ser professor sendo índio: questões de lingua(gem) e identidade. 1996. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MAHER, Terezinha. 2007. “Do Casulo ao Movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural. In: Cavalcanti. M.C. e Bortoni-Ricardo, S. M. (orgs.) Transculturalidade, Linguagem e Educação. Campinas, SP: Mercado de Letras. pp. 67- 94.

MEGALE, Antonieta Megale. Educação Bilíngue no Brasil. São Paulo: Fundação Santillana, 2019.

MOURA, Selma de Assis. Com quantas línguas se faz um país?: Concepções e práticas de ensino em uma sala de aula na educação bilíngue. 2009. 141f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

STALLIVIERI, Luciane; MOROSINI, Marília Costa; FELICETTI, Vera Lucia; WOICOLESCO, Vanessa. Parâmetros para a Internacionalização na Educação Básica no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, 2022. 129 p.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. Psicologia Pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2003.